

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025

CONTRATANTE (UASG) 102103 - EP

OBJETO

Impermeabilização da laje do Bloco FG do conjunto do Biênio

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.597.972,95

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/12/2025

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Link: <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Escola Politécnica

Processo SEI nº 154.00003691/2025-24

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da Escola Politécnica, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é prestação de serviço de Impermeabilização da laje do Bloco FG do conjunto do Biênio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **ÚNICO ITEM**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
 - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
- 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. Será permitida a participação de:
 - 2.6.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.6.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.
 - 2.6.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.6.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o subitem **2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.5.2** e **2.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.11. A vedação de que trata o item **2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.13.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
 - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
 - 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
 - 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item.
 - 4.1.2. Marca.
 - 4.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,05% (meio por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
 - 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
 - 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
 - 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
 - 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
 - 5.21.2.2. empresas brasileiras.
 - 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
 - 5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item 6.12. do edital.
- 5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 6.1.1. SICAF.
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem 6.1.4. será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e **3.6** deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
 - 6.7.1. conter vícios insanáveis.
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima e conforme estabelecido Instrução Normativa nº 73/2022 c/c o artigo 1º, inciso IV do Decreto Estadual nº 67.608/2023, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
 - 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.
 - 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.usp.br/licitacoes ou mediante solicitação formal via e-mail: licitacao.poli@usp.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 9.1.1.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 9.1.1.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 9.1.1.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.1.4. deixar de apresentar amostra.
- 9.1.1.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 9.1.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 9.1.1.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
 - 9.1.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
 - 9.1.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - 9.1.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.1.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 9.1.1.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 9.1.1.13. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 9.1.1.14. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 9.1.1.15. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 9.1.1.16. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
- 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
 - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
 - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao.poli@usp.br
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.usp.br/licitacoes.
- 11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 11.12.2.ANEXO II – Memorial Descritivo
- 11.12.3.ANEXO III – Planilha orçamentária
- 11.12.4.ANEXO IV – Cronograma Físico Financeiro
- 11.12.5.ANEXO V - Quantitativos diversos
- 11.12.6.ANEXO VI - Desenhos e especificações
- 11.12.7.ANEXO VII – Proposta Comercial
- 11.12.8.ANEXO VIII – Modelo de Planilha orçamentária (Planilha limpa)
- 11.12.9.ANEXO IX – Modelo do Termo de Contrato / Anexo 1 – Normas de conduta de obras e serviços de engenharia da USP
- 11.12.10. ANEXO X – Termo de Ciência e Notificação
- 11.12.11. ANEXO XI – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

São Paulo, 17 de novembro de 2025

Reinaldo Giudici

Diretor da EPUSP



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Escola Politécnica

Processo SEI nº 154.00003691/2025-24

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de Reimpermeabilização da laje do Bloco FG do conjunto do Biênio, nos termos do ANEXO II – Memorial Descritivo, ANEXO III - Planilha orçamentária; do ANEXO V - Quantitativos Diversos e do ANEXO VI – Desenhos e especificações, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATS ER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Reimpermeabilização da laje de cobertura do Bloco FG , compreendendo a sobre a passagem para o Biênio e a cobertura do ático do elevador existente. O Serviço compreende: a remoção da impermeabilização existente, a regularização da superfície com argamassa e preparação com primer, a impermeabilização Classe B, aderida à maçarico, camada separadora, camada drenante, isolamento térmico com espuma rígida de poliestireno expandido de alta densidade, e cama deve ser executado nos termos do ANEXO II – Memorial Descritivo; ANEXO III – Planilha orçamentária; do ANEXO	1600	Serviço	1	R\$ 1.597.972,95	R\$ 1.597.972,95



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

	V - Quantitativos Diversos e do ANEXO VI – Desenhos e especificações					
Total						R\$ 1.597.972,95

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4.1. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato ou outro instrumento hábil que o substitua

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
 - I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000013/2025
 - II. Data de publicação no PNCP: 14/06/2024
 - III. Id do item no PCA: 1257
 - IV. Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO
 - V. Identificador da Futura Contratação: 102103-85/2025
 - VI. Informações Adicionais: DFD nº 296/2024

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Conforme ANEXO II – Memorial Descritivo

Garantia da contratação

- 4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação).
- 4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o licitante deverá informar uma das seguintes modalidades de garantia que irá prestar:
- I. **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do **CONTRATANTE** no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.
 - II. **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
 - III. **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
 - IV. **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o licitante vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- V. **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.
- 4.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da emissão do termo de início de serviço.
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **Conforme ANEXO II – Memorial Descritivo.**
- 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços, conforme **ANEXO II – Memorial Descritivo e ANEXO IV - Cronograma Físico-Financeiro.**

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 370 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-020
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08:00 às 17:00 horas de segunda à sexta-feira (exceto feriados, pontos facultativos e recesso).

Rotinas a serem cumpridas

- 5.3.1. A execução contratual observará as rotinas previstas no **ANEXO II – Memorial Descritivo.**

Materiais a serem disponibilizados

- 5.3.2. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme **ANEXO II – Memorial Descritivo.**

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 5.4. A demanda do órgão tem como base as características previstas no **ANEXO II – Memorial Descritivo**.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. Conforme **ANEXO II – Memorial Descritivo**.

Gestor do Contrato

- 6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios previstos no **ANEXO IV – Cronograma Físico-Financeiro**.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.16. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da Portaria GR. nº 8249/2023.
- 7.18.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto.
 - b) A entrega da documentação fiscal completa.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.
- 7.19. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.19.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.19.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.20. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.21. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.22. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.23. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.26. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **integral**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de obras e serviços de engenharia, expedido por CREA/CAU nos termos do art. 7º e seguintes da Lei nº 5194/66 e artigo 2.º e seguintes da Lei n.º 12378/10.
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.20. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
- 8.23.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.29. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em plena validade.
- 8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.30. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as características mínimas de acordo com o discriminado no **ANEXO II – Memorial Descritivo**.
- 8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

- 8.31. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
 - b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.
- 8.32. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:
- 8.32.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
- a) Designação do consórcio e sua composição.
 - b) Finalidade do consórcio.
 - c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual.
 - d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados.
 - e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas.
 - f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.
 - g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto **CONTRATADO**, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração.
 - h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.
- 8.32.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- 8.32.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 8.32.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
- 8.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:
- 8.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
- 8.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- 8.33.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
- 8.33.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.
- 8.33.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- 8.33.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador
- 8.33.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.
- 8.34. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.34.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 8.34.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.597.972,95 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do ANEXO III – Planilha orçamentária.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I. Gestão/Unidade: 999 - Reitoria;
 - II. Fonte de Recursos: Indicação do Tesouro;
 - III. Programa de Trabalho: 122;
 - IV. Elemento de Despesa: 339039.
- 10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, 17 de novembro de 2025

Rodrigo Bustamante Kavakama

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO

Índice

1.	Introdução	2
2.	Condições gerais para execução dos serviços	3
3.	Recomendações NR 18	4
4.	Execução da regularização	5
5.	Impermeabilização e Proteção	8
5.1.	Impermeabilização tipo 1	8
	Áreas: Cobertura: Laje de cobertura	8
	Cobertura Passarela: Varanda do biênio	8
	Cobertura Ático: Laje de cobertura ático	8
	Sistema: Manta asfáltica, 3 mm, tipo III-Classe B, aderida à maçarico, + Manta asfáltica, 4 mm, tipo IV-Classe B, aderida à maçarico	8
5.2.	Impermeabilização tipo 2	13
	Áreas: Cobertura: Platibanda	13
	Sistema: Resinas de metil metacrilato modificadas (Tipo Matacryl WS / PUMA)	13
6.	Características dos Materiais	18
7.	Relação de Fabricantes	21
8.	Planilha de Serviços Complementares	24
9.	Anexos	25



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

1. **Introdução**

A obra em questão consta dos trabalhos de Impermeabilização do Campus Poli Produção Cidade Universitária, sito à Avenida Prof. Luciano Gualberto 1380 - Butantã, São Paulo – SP.

Este trabalho tem como objetivo integrar todas as possíveis interferências existentes na obra, de modo a obter o melhor desempenho dos materiais adotados.

Gostaríamos de frisar, que se faz necessário uma rigorosa fiscalização para perfeito cumprimento do projeto, tanto durante, quanto após a execução dos serviços de impermeabilização, de modo a evitar que serviços posteriores venham a danificar os serviços de impermeabilização executados.

Fazem parte integrante do projeto:

- Caderno de Especificações e Serviços;
- Planilha de Serviços Complementares;
- Plantas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

2. Condições gerais para execução dos serviços

Para execução dos serviços de impermeabilização deverão ser consideradas os seguintes itens conforme segue:

- Prever a verificação e troca das tubulações existentes caso necessário.
- No que couber, deverão ser seguidas todas as recomendações das NRs - Normas Regulamentadoras, especialmente as NR-18 e NR 35, bem como todo o pessoal deverá portar uniforme de trabalho e todos os EPI's necessários.
- Todo pessoal que executará os serviços na planta deverá ser registrado, deverá ser apresentada a documentação referente a cada um. Também deverá ser fornecido o PCMO.
- Deverá ser previsto o fornecimento de andaimes e equipamentos para ventilação e exaustão das células.
- Deverá estar incluído nos custos apresentados o transporte vertical e horizontal de materiais, bem como bota fora.
- Deverá ser apresentado cronograma detalhado dos serviços.
- Deverá ser apresentada a certidão de registro no CREA da empresa.
- Deverão ser apresentados os testes de fábrica dos materiais a serem utilizados na obra.
- Deverá ser apresentado o Termo de vistoria à obra, este termo será obtido após realização de vistoria na obra, esta vistoria deverá ser agendada diretamente com o Departamento de Engenharia de Produção.
- Deverá ser fornecida declaração de anuência com o projeto e especificações fornecidas, e no caso de existência de qualquer dúvida, apresentação das mesmas por escrito.
- Deverá ser apresentada relação dos fabricantes / produtos a serem utilizados referentes a cada produto.
- Deverá ser considerada pela contratada seguro para a obra contra terceiros, bem como dos funcionários envolvidos.
- Recolher ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), naquilo que lhe competir perante ao CREA, (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), no prazo máximo de 05 dias a partir da contratação dos serviços.
- Manter os materiais sob a sua guarda, controle e armazenamento sob condições adequadas.
- Reparar ou refazer qualquer serviço executado em desacordo com as instruções, projetos, especificações ou a boa técnica, bem como, outros materiais e serviços danificados em consequência, correndo por sua conta todas as despesas acrescidas.
- Responsabilizar-se por perdas, danos ou extravios de qualquer material, ferramentas ou equipamento de seu fornecimento, sem qualquer ônus à Contratante.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

3. **Recomendações NR 18**

✓ **Equipamento de Proteção Individual - EPI**

A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

O cinto de segurança deve ser dotado de dispositivo trava-quedas e estar ligado a cabo de segurança independente da estrutura do andaime.

✓ **Armazenagem e estocagem de materiais**

Os materiais devem ser armazenados e estocados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas e de trabalhadores, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio, não obstruir portas ou saídas de emergência e não provocar empuxos ou sobrecargas nas paredes, lajes ou estruturas de sustentação, além do previsto em seu dimensionamento.

As pilhas de materiais, a granel ou embalados, devem ter forma e altura que garantam a sua estabilidade e facilitem o seu manuseio.

Em pisos elevados, os materiais não podem ser empilhados a uma distância de suas bordas menor que a equivalente à altura da pilha. Exceção feita quando da existência de elementos protetores dimensionados para tal fim.

O armazenamento deve ser feito de modo a permitir que os materiais sejam retirados obedecendo à sequência de utilização planejada, de forma a não prejudicar a estabilidade das pilhas.

Os materiais não podem ser empilhados diretamente sobre piso instável, úmido ou desnivelado.

Os materiais tóxicos, corrosivos, inflamáveis ou explosivos devem ser armazenados em locais isolados, apropriados, sinalizados e de acesso permitido somente a pessoas devidamente autorizadas. Estas devem ter conhecimento prévio do procedimento a ser adotado em caso de eventual acidente.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

4. Remoção da Impermeabilização Existente

Antes de se iniciar os procedimentos de preparação da base, deverá ser removida a manta asfáltica existente, que se apresenta aderida ao substrato por aplicação de primer a quente, sem camada de proteção mecânica. Segue abaixo os procedimentos a serem seguidos na remoção:

4.1. Preparação da área

- Antes de iniciar a remoção, é crucial proteger a área circundante para evitar danos a outras estruturas e garantir a segurança dos trabalhadores.
- Limpar a superfície da laje com a remoção de entulhos, materiais soltos e objetos.
- Tamponar os dispositivos de drenagens (ralos e calhas) para que não venham apresentar entupimentos posteriores na tubulação pluvial.

4.2. Remoção da Manta Asfáltica

- Executar cortes quadrados com aproximadamente 1m² com estilete robusto ou talhadeira para facilitar a remoção manual da manta. **Em locais fortemente aderidos aquecer a manta com pistola de ar quente para descolagem do material.**
- Remover a manta asfáltica manualmente com auxílio de alavanca, espátula e talhadeira.
- Demolir a camada de argamassa de regularização existente manualmente, para permitir nova execução de acabamento, impermeabilização e correções.

Obs.: Para garantir a integridade estrutural da laje no processo, não poderá ser utilizado martelo rompedor elétrico na remoção dos materiais.

- Encaminhar os resíduos de manta asfáltica e asfalto para local adequado (aterro industrial ou empresa recicladora), conforme Resolução ambiental CONAMA nº 307/2002.

5. Tratamento de trincas

Em decorrência da observância (vistoria) da face inferior da laje de cobertura, verificou-se a presença de trincas e fissuras passantes com sinais de percolação de água e eflorescência. Essas discontinuidades deverão ser tratadas antes de se iniciar o processo de preparação da base, como segue:

- Identificar todas as trincas com abertura superior 1,0mm.
- Abrir a trinca com esmerilhadeira em formato em “V” com profundidade de aproximadamente 5mm.
- Limpar a superfície com escova de aço e/ou ar comprimido para remoção de poeira e materiais soltos.
- Eliminar qualquer umidade excessiva, podendo-se utilizar maçarico a gás para secagem rápida.
- Aplicar resina epóxi bicomponente de baixa viscosidade com espátula, obedecendo as orientações do fabricante do produto.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

6. Execução da regularização

6.1. Para Laje de cobertura

4.1.1. Preparação da base

Para preparação da base, deverão ser adotados alguns parâmetros básicos, conforme descrito a seguir:

- f. A área a ser tratada deverá estar isenta de corpos estranhos (pedaços de madeira, ferro etc), pó, graxa ou óleos.

Obs.: Após a remoção das impurezas, deve-se jatear a área com água em abundância, se necessário utilizar detergente para total retirada das sobras destes elementos.

- g. Deverão ser fixadas todas as tubulações e/ou corpos estranhos pertencentes a área.
- h. Após a limpeza deverão ser determinadas as cotas mínimas e máximas que poderão ser encontradas na área em questão (espessura de massa). Os eventuais ninhos e cavidades que existam na estrutura, deverão ser preenchidos com argamassa forte, traço 1:3 (em volume).
- i. Após a definição dos caimentos, execução das mestras, umedecer com água de amassamento a superfície sobre a qual deverá ser aplicada a argamassa de regularização.

Nota: Os ralos, em geral, deverão ser chumbados com argamassa expansiva tipo "grout". Evitar arrematá-los sem antes tirar papéis, madeiras etc., a fim de garantir que o chumbamento seja o mais firme possível.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

4.1.2. Preparação da argamassa

4.1.2.1. Materiais utilizados:

- Cimento CP II - 32 de fabricação recente;
- Areia média peneirada;
- Água limpa isenta de oleosidade;
- Aditivos promotores de aderência, base acrílica.

4.1.2.2. Procedimento

Para preparação da argamassa, recomenda-se utilização de betoneira para homogeneização da mesma.

O procedimento de execução deverá ser realizado conforme descrito a seguir:

- a. Preparar a água de amassamento, adicionando em 200L de água, 20L de aditivo, bater bem até obter uma mistura homogênea.
- b. O traço da argamassa deverá ser 1:3 (cimento e areia, respectivamente), usando-se a água previamente preparada, (aproximadamente 10% do material sólido, variando em função da umidade da areia) dando a argamassa uma consistência seca, a qual deve ser lançada e compactada sobre o substrato limpo e previamente saturado.
- c. Para a adesão inicial recomenda-se lançar sobre o substrato previamente saturado uma solução de adesivo acrílico + água (proporção varia de acordo com o fabricante). O acabamento deve ser desempenado com desempenadeira de madeira.

Notas:

- No caso de acerto da superfície proceder conforme descrito neste item sendo que neste caso executar a argamassa com espessura constante de 2 cm, com consistência plástica, tendo em vista que a laje apresenta caimento na estrutura.
- Para superfícies verticais proceder conforme descrito neste item (2) sendo, neste caso, sobre um chapisco de cimento e areia grossa, no traço 1:2 (em volume), adotar a argamassa com consistência plástica.
- Não utilizar aditivos plastificantes nem cal.

4.1.3. Execução da regularização

A regularização objetiva tratar adequadamente a superfície sobre a qual será aplicada a impermeabilização, devendo ser executada após a preparação da base e da argamassa conforme segue:

- a. A argamassa de regularização deverá ser batida em betoneira no próprio canteiro de obras, em distância não superior a 150 m.
- b. A textura deverá ser rústica, desempenada com desempenadeira de madeira e consistência bastante compacta, não devendo existir vazios.
- c. A cura prevista "mínima" é de 48 horas, sendo que só após esta é que deverá ser aplicado o sistema impermeabilizante especificado.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- d. As superfícies verticais deverão ser executadas sobre um chapisco de cimento e areia grossa, no traço 1:2 (em volume).
- e. Os cantos e arestas (verticais e horizontais) deverão ser arredondados em meia cana (R=5,00cm).
- f. As superfícies horizontais externas deverão receber caimento mínimo de 1% (NBR 9575 / 2010), em direção aos pontos de escoamento de água e a espessura mínima desta argamassa deverá ser de 2cm, exceto onde indicado em projeto. Para calhas e áreas frias poderá ser adotado caimento de 0,5%.

4.1.3.1. Ilustração de execução de regularização





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

7. Impermeabilização e Proteção

5.1. Impermeabilização tipo 1

Áreas: Cobertura: Laje de cobertura

Cobertura Passarela: Varanda do biênio

Cobertura Ático: Laje de cobertura ático

Sistema: Manta asfáltica, 3 mm, tipo III-Classe B, aderida à maçarico, + Manta asfáltica, 4 mm, tipo IV-Classe B, aderida à maçarico

5.1.1. Preparação da superfície

Proceder conforme descrito no item “4” deste caderno.

5.1.2. Execução da impermeabilização

5.1.2.1. Ferramentas necessárias

Maçarico (jogo completo)
Espátula
Jogo de roletes (para aderência)
Estilete
Metro
Vassoura de piaçava
Colher de pedreiro

5.1.2.2. Aplicação do sistema

Após a limpeza total do substrato, retirando-se todos os agregados soltos, bem como poeira existente, proceder conforme segue:

- a. Aplicar uma demão de primer (NBR-9686/2006), pintura de ligação, com pincel ou rolo, sobre a superfície a ser impermeabilizada.
- b. Após a completa secagem do primer, aproximadamente 4 horas, dependendo das condições climáticas, fazer o alinhamento da manta e iniciar a aplicação.
- c. Fazer o alinhamento das mantas conferindo assim o ponto de saída do sistema (esquadro).
- d. Ir desenrolando a manta NBR 9952/2014 (manta asfáltica, tipo III-Classe B, 3 mm de espessura, fabricada com asfalto elastomérico, aquecendo a superfície e ao mesmo tempo a manta com maçarico, procedendo a colagem, aquecendo e espatulando os dois lados da mesma.
- e. Após a colocação da primeira manta, as demais deverão ser sobrepostas em 10 cm, tomando-se precaução de que haja uma perfeita fusão entre as mantas, observando que as mesmas deverão ser aplicadas no mesmo sentido, porém com as emendas defasadas.
- f. Durante a aplicação, exercer forte pressão sobre as mantas a fim de expulsar eventuais bolhas de ar que possam estar retidas entre estas e a superfície.
- g. Todas as emendas deverão ser aquecidas e espatuladas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- h. Repetir o processo utilizando como 2ª manta NBR 9952/2014, uma manta asfáltica, tipo IV-Classe B, 4 mm de espessura, fabricada com asfalto elastomérico, obedecendo os detalhes constantes no projeto.

5.1.2.3. Consumos

Primer: 0,5 l/m²

Manta asfáltica, 3 mm, tipo III-Classe B: 1,17 m²/m²

Manta asfáltica, 4 mm, tipo IV-Classe B: 1,17 m²/m²

Nota: Para obtenção de uma garantia completa do sistema, recomendamos que o primer, o maçarico e a manta asfáltica sejam do mesmo fabricante.

5.1.2.4. Aplicação de manta à maçarico





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP



5.1.3. Detalhes

a. Ralos

A impermeabilização deverá entrar na superfície interna dos tubos de drenagem aproximadamente 10 cm e ficar perfeitamente aderida aos mesmos. Todas as descidas deverão ser fixadas com “grout”.

b. Tubulações

Todas as tubulações deverão ser fixadas com “grout”.

A impermeabilização deverá receber arremates conforme detalhe apresentado em projeto.

c. Rodapés

Nos rodapés a impermeabilização deverá subir 20 cm acima do piso acabado, para tanto deverá ser previsto encaixe com altura 30 cm a fim de possibilitar a ancoragem da proteção mecânica e da tela galvanizada fio 24 (BWG), malha 1/2, conforme detalhe em projeto.

d. Encaixes

Deverão ser seguidos os encaixes apresentados no projeto de impermeabilização.

Nas paredes em alvenaria, deverá se prever encaixes com espessura de 3cm conforme apresentado no projeto de impermeabilização, utilizando-se preferencialmente tijolos maciços até, no mínimo, a altura do encaixe.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Nos pilares, sem encaixe, no concreto prever cintamento com cinta de alumínio (tipo Walsywa), de espessura 2mm (min) largura 25mm, fixar a cada 0,50m nas emendas das mantas, um pino com $\varnothing$ 1/4" com furo 3mm com haste de penetração 30mm (cod. 1/4 - 35 da Walsywa ou similar), fixado com pistola de impacto (sistema de fixação à pólvora).

Em todas as áreas sem encaixe, tanto em alvenaria quanto em concreto, o término da manta deverá ser selado com adesivo epóxi, conforme detalhe em projeto.

e. Conduites

Todos os conduites de instalações elétricas em áreas que receberão impermeabilização, deverão passar sobre a mesma, e quando entrarem em caixas localizadas em áreas impermeabilizadas deverão entrar por cima ou pela lateral das mesmas, jamais podendo ter sua entrada por baixo.

5.1.4. Teste de lâmina d'água



De acordo com a NBR-9574/2008, item 5.14, deverão ser colocadas barreiras na área impermeabilizada e ser executado o teste com lâmina d'água (5 cm) de espessura, sobre o ponto mais alto da impermeabilização, com duração mínima de 72 horas, para verificação da eficiência na aplicação do sistema empregado na área.

5.1.5. Camada separadora

Sobre a impermeabilização deverá ser aplicada camada separadora com papel kraft betumado, filme de polietileno ou similar.

5.1.6. Camada drenante (Para laje de cobertura da cobertura com isolante térmico)

Sobre a camada separadora, execução de argamassa drenante em toda a área do pano principal, espessura constante de 1cm.

Esta argamassa deverá ser composta de cimento e areia, traço 1:8, utilizando na água de amassamento emulsão asfáltica a 10%.

O volume de água do amassamento a ser utilizado, variará proporcionalmente, de acordo com a umidade da areia a ser utilizada.

Recomenda-se utilizar em condição pastosa, pois facilitará o sarrafeamento.

Quando da execução da camada drenante, deverão ser tomados cuidados especiais conforme segue:

- Vedar previamente todos os ralos sem, contudo, danificar o acabamento impermeabilizante dos mesmos.
- A argamassa drenante deverá ser batida em betoneira no próprio canteiro da obra, em distâncias não superiores a 150 m², quando da execução da argamassa drenante deverá ser vedada a fixação de qualquer objeto no piso para limitar a espessura da mesma.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

5.1.7. Isolamento térmica (Para laje de cobertura da cobertura)

Sobre a camada drenante colocação de espuma rígida de poliestireno expandido de alta densidade, espessura de 1", aderida com emulsão asfáltica, que deverá obedecer rigorosamente às características apresentadas na tabela anexa.

5.1.8. Proteção mecânica

5.1.8.1. Para varanda do biênio e laje de cobertura ático

Sobre a camada separadora, aplicar argamassa de cimento e areia, traço 1:3, com 3cm de espessura, em quadros de 1,5 x 1,5 m.

As juntas perimetrais e as juntas entre quadros deverão ser preenchidas com mástique asfáltico composto de areia e emulsão asfáltica traço 3:1.

Nas verticais, aplicar chapisco prévio com cimento e areia, traço volumétrico 1:3, proceder a colocação da tela galvanizada hexagonal, fio 24 (BWG), 1/2" ou tela plástica, comprimindo a mesma sobre a argamassa. Fixar a mesma com pino de aço ou pedaços de manta na faixa de aderência prevista em projeto e sobre esta executar a argamassa final. Deverão ser previstas juntas de trabalho a cada 50 cm.

5.1.8.2. Para laje de cobertura da cobertura com isolante térmico

Sobre o isolamento térmico, executar argamassa de cimento e areia, traço 1:3, com 4cm de espessura em quadros de 1,5x 1,5m, armada com tela galvanizada, fio 24(BWG), 1,2 ou tela plástica, conforme segue:

- Executar argamassa, em todo o pano, com espessura de 1,5cm.
- Sobre a argamassa, colocação da tela galvanizada ou tela plástica, sobrepondo 5cm.
- Proceder a colocação de gabarito com as dimensões da junta de retração (1,0 cm x 2,5 cm), largura x altura respectivamente, do quadro desejado e executar a argamassa restante de modo a obter a espessura total de 4 cm.
- Após a cura, remover o gabarito e preencher as juntas com mastique.

As juntas perimetrais e as juntas entre quadros deverão ser preenchidas com mastique asfáltica composto de areia e emulsão asfáltica traço 3:1.

Nas verticais, aplicar chapisco prévio com cimento e areia, traço volumétrico 1:3, proceder a colocação da tela galvanizada hexagonal, fio 24 (BWG), 1/2" ou tela plástica, comprimindo a mesma sobre a argamassa. Fixar a mesma com pino de aço ou pedaços de manta na faixa de aderência prevista em projeto e sobre esta executar a argamassa final. Deverão ser previstas juntas de trabalho a cada 50 cm.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

5.2. Impermeabilização tipo 2

Áreas: Cobertura: Platibanda

Sistema: Resinas de metil metacrilato modificadas (Tipo Matacryn WS / PUMA)

5.2.1. Substrato e Preparação

5.2.1.1. Substrato

Substratos de concreto ou argamassas deverão estar sólidos, sem partículas soltas, limpa, com resistências mínimas à compressão de 25 MPa e de aderência de 1,5 MPa, livre de impregnações, tais como óleos, graxas, nata de cimento, ferrugens, etc. Em se tratando de substratos cimentícios poderá haver umidade de até 4%. Superfícies lisas de concreto devem ser preparadas, de forma a obter-se uma superfície íntegra e rugosa. Películas de cura química, pinturas existentes e endurecedores de superfície deverão ser removidas mecanicamente do substrato.

Recomendamos a aplicação do revestimento com a temperatura ambiente entre 0° - 35°C e umidade relativa do ar inferior a 90%, e controle da temperatura do substrato e dos componentes com um medidor de temperatura a laser (pistola).

Não aplicar quando a temperatura da superfície estiver acima de 35°C e/ou subindo rapidamente. Cuidado especial deve ser observado se a área for exposta à luz solar direta.

A temperatura do substrato deve estar pelo menos 3°C acima do ponto de orvalho e subindo.

5.2.1.2. Preparação

As imperfeições do substrato deverão ser corrigidas com material compatível, conforme orientação do fabricante.

O substrato deverá ser preparado através de um polimento abrasivo ou fresamento até atingir o padrão de rugosidade apropriado para este produto, definido pelo International Concrete Repair Institute (ICRI) Technical Guideline No. 03732, o Concrete Surface Profile classe 3 - 6 (CSP 3-6), que irá depender da solicitação do sistema. Deverão ser executados sulcos (cortes) de ancoragem no perímetro da área, nas áreas de bordas de ralos, encontro com cantoneiras de pisos, soleiras de portas, encontro com revestimentos de outra natureza, juntas, fissuras e trincas, com a dimensão de 4 x 4 mm.

As superfícies metálicas devem ser preparadas por jateamento com granalha abrasiva para obter um acabamento superficial em conformidade com SA 2½ para BS EN ISO 8504-3 ou SSPC SP-10 / NACE No. 2 Near White Metal Blast (jateamento abrasivo ao metal quase branco) e um perfil de 50 -70 microns. As superfícies metálicas devem apresentar um valor de adesão maior ou igual a 2,0 MPa.

Para início da aplicação do sistema, é necessário remover todo o resíduo de pó deixado no substrato, para tanto recomendamos a varrição seguida de aspiração ou jateamento com ar comprimido.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

5.2.2. Aplicação do Matacryn Primer

5.2.2.1. Informações Gerais

O Matacryn Primer é uma resina reativa à base de metacrilato de metila (MMA), e é fornecido em baldes metálicos de 20 Kg, e pode ser aplicado com rolo de lã para tinta epóxi e/ou um rodo de silicone. Antes da aplicação, a temperatura do substrato, do ar e a umidade relativa devem ser registradas. A temperatura ideal deve estar acima de 0°C e subindo. A temperatura do substrato deve estar acima do ponto de orvalho e não deve ser superior a 35°C.

5.2.2.2. Mistura

Antes do uso, o Matacryn Primer deve ser cuidadosamente homogeneizado na embalagem original para obter uma distribuição uniforme da parafina no produto. Uma quantidade adequada de primer, geralmente 10 Kg (aproximadamente meio balde), é despejada no balde de mistura. O agente de cura, Matacryn® Catalyst é adicionado, e com o auxílio de um misturador mecânico de baixa rotação, com uma ou duas hastes, é misturado até ficar homogêneo por 30 a 60 segundos. A quantidade de agente de cura ou catalisador depende da temperatura, veja a tabela abaixo.

Temperatura (°C)	% em Peso da Resina	Matacryn Catalyst em gramas/10 Kg
30°C	1%	100
20°C	2%	200
10°C	4%	400
0°C	6%	600

5.2.2.3. Aplicação

Após a mistura, o primer é espalhado uniformemente sobre o substrato. É importante que cada mistura seja aplicada dentro do tempo de vida útil, ou seja, 15 – 20 minutos. O consumo pode variar dependendo da porosidade e textura da superfície do substrato, mas normalmente estará na faixa de 0,3 Kg/m² - 0,5 kg/m². Recomendamos derramar todo o material no piso e raspar o excesso de material das paredes e do fundo do balde de mistura.

Imediatamente após a aplicação e com o primer ainda úmido, é feita a aspersão do agregado #30 com um consumo de aproximadamente 0,3 Kg/m².

5.2.2.4. Inspeção

Quando a camada de primer estiver totalmente curada, a condição do substrato com primer é avaliada. É essencial que o primer tenha formado um filme contínuo sem manchas pegajosas. Essas manchas exigirão uma segunda camada de primer. O primer contaminado ou o primer com mais de 48 horas devem ser lavados com Matacryn Adcol antes da aplicação da membrana.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

5.2.2.5. Limpeza das ferramentas

As ferramentas podem ser limpas com Matacryl Adcol, acetona ou outro solvente adequado. As ferramentas devem estar totalmente livres de qualquer solvente antes do uso com qualquer componente Matacryl.

5.2.3. Aplicação do Matacryl manual (membrana impermeabilizante)

5.2.3.1. Informações Gerais

O Matacryl Manual é uma resina reativa à base de metacrilato de metila (MMA) modificada com uretano. O produto é destinado à aplicação com ferramenta manual. O Matacryl Manual é fornecido em baldes metálicos de 25 Kg.

5.2.3.2. Mistura

Antes do uso, o Matacryl Manual deve ser cuidadosamente homogeneizado na embalagem original para obter uma distribuição uniforme da parafina no produto. O agente de cura, Matacryl® Catalyst é adicionado ao balde cheio e com o auxílio de um misturador mecânico de baixa rotação, com uma ou duas hastes, é misturado até ficar homogêneo por 60 a 120 segundos. A quantidade de agente de cura ou catalisador depende da temperatura, veja a tabela abaixo.

Temperatura (°C)	% em Peso da Resina	Matacryl Catalyst em gramas/25 Kg
30°C	1%	250
20°C	1,4%	350
10°C	2,4%	600
0°C	4%	1000

5.2.3.3. Aplicação

O Matacryl Manual foi projetado para ser aplicado manualmente usando um rodo dentado, desempenadeira serrilhada, rolo de lã para tinta epóxi e/ou um rodo de silicone. Misture apenas a quantidade que pode ser aplicada com sucesso pela equipe de aplicação e respeitando o tempo de vida útil do produto.

A espessura da camada da membrana impermeabilizante será definida na especificação do projeto. A taxa de cobertura irá variar com a irregularidade da superfície, com uma superfície irregular com grande probabilidade de consumir mais material. O controle da espessura é feito durante a aplicação, medindo-se com um medidor de espessura de filme úmido e pelo cálculo prévio do consumo de material esperado para uma área de projeto. Podem ser colocados marcadores adjacentes à área de aplicação para indicar o consumo esperado.

A mistura deve ser derramada sobre o substrato em faixas, em camada uniforme para atender a especificação de projeto. Recomendamos derramar todo o material no piso e raspar o excesso de material das paredes e do fundo do balde de mistura.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

5.2.3.4. Inspeção

Quaisquer pinholes (orifícios de pinos), blow holes (orifícios de sopro) ou outros defeitos identificados devem ser revestidos com uma espessura mínima adicional de filme úmido conforme a especificação do projeto.

5.2.3.5. Limpeza das ferramentas

As ferramentas podem ser limpas com Matacryn Adcol, acetona ou outro solvente adequado. As ferramentas devem estar totalmente livres de qualquer solvente antes do uso com qualquer componente Matacryn.

5.2.4. Sobreposição, Reparos e Defeitos

Remova a membrana ou bolhas danificadas cortando cuidadosamente o material em perfeito estado. Qualquer área de concreto que esteja aparente deve ser limpa e preparada novamente.

Limpe a membrana existente com um pano de limpeza com Matacryn Adcol para permitir uma sobreposição mínima de 50 mm (2") (juntas diurnas, reparos e revestimento de orifícios).

Aplique uma nova camada de Matacryn Manual na mesma espessura conforme a especificação de filme úmido do projeto, garantindo uma sobreposição periférica de no mínimo 50 mm (2").

A Membrana de Impermeabilização Matacryn deve ser terminada em uma ranhura com primer de no mínimo 5 mm x 5 mm sempre que a aplicação for encerrada.

As demais camadas devem ser reaplicadas conforme especificação de projeto.

5.2.5. Controle de Produtos

5.2.5.1. Condições Climáticas

Antes da aplicação do Matacryn WS, deve-se registrar a temperatura do substrato, o ar e a umidade relativa do ar. Recomendamos a aplicação do revestimento com a temperatura ambiente entre 0° - 35°C e umidade relativa do ar inferior a 90%.

Não aplicar quando a temperatura da superfície estiver acima de 35°C e/ou subindo rapidamente.

Cuidado especial deve ser observado se a área for exposta à luz solar direta.

A temperatura do substrato deve estar pelo menos 3°C acima do ponto de orvalho e subindo.

5.2.5.2. Espessura do Revestimento

A espessura do revestimento aplicado deve ser medida pelos seguintes métodos.

- Consumo de Produtos
- Medição de Espessura de Película Úmida



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

5.2.6. Precauções de saúde e segurança

Consultar as Fichas de Segurança de Produtos Químicos de cada produto.

5.2.7. Descarte de resíduos

Os produtos curados do sistema Matacryl WS são considerados resíduos normais. O material líquido deve ser descartado de acordo com os regulamentos ambientais locais.

5.2.8. Serviços técnicos e Qualificação de aplicadores

A instalação do sistema de impermeabilização Matacryl WS só deve ser realizada por empresas de aplicação treinadas e habilitadas Viapol Ltda.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

8. Características dos Materiais

6.1. Aditivo (regularização)

Resina sintética compatível com cimento, que proporcionará grande aderência da massa sobre o substrato, aumentando sua elasticidade e, portanto, resistência aos choques, evitando a retração da mesma.

Densidade aproximada de 1,03 g/cm.

6.2. Areia

Deve ser lavada, seca, isenta de matéria orgânica e peneirada. A peneiração destina-se a obter uma granulometria adequada a finalidade a que se destina a operação (0 a 3 mm).

6.3. Emulsão asfáltica

Produto formulado através da dispersão do cimento asfáltico de petróleo (CAP) em água, obtendo-se uma emulsão pastosa.

Existem no mercado dois tipos de emulsões asfálticas, as aniônicas e as catiônicas.

As emulsões aniônicas, que são glóbulos de asfalto têm carga negativa.

É uma emulsão básica e apresenta bons resultados sobre agregados de natureza básica (calcários).

Nas emulsões catiônicas, os glóbulos têm carga positiva funcionando bem com qualquer agregado, apresentando maior facilidade e flexibilidade de aplicação, maior adesão as superfícies e maior plasticidade.

Normas: NBR – 9685/05 - Emulsões asfálticas para impermeabilização

6.4. Filme de polietileno (camada separadora)

Filme de polietileno com espessura superior a 25 micra.

6.5. Manta asfáltica

Manta asfáltica modificada com SBS estruturada com armadura não tecida de filamentos sintéticos, previamente estabilizada com resina termofixa, saturada com asfalto e revestida com areia, ou polietileno devendo apresentar espessura mínima de 3,0mm.

Verificar a espessura especificada para cada caso.

A manta a ser utilizada deverá obedecer rigorosamente a NBR-9952/2014 sendo que de acordo com o item 4.1. da mesma, deverá ser utilizada manta conforme indicado na descrição de cada tipo constante de caderno.

Norma: NBR-9952/2014 - Mantas asfálticas para impermeabilização

6.6. Membrana PMMA

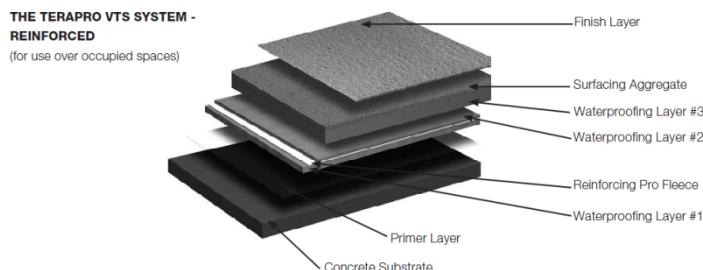
Principais características do sistema:

- ✓ Monolítico e impermeável
- ✓ Flexível e resistente ao tráfego de pessoas, carrinhos e carros.
- ✓ Excepcional resistência mecânica (até 100n/mm²);
- ✓ Resiste a ácidos, álcalis, sais, gorduras, óleos e outros produtos químicos



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- ✓ Cura extremamente rápida, 2 horas à temperatura de até – 25°C;
- ✓ Constitui aderência química entre camadas, não delaminando;
- ✓ Excelente aderência ao concreto e metal (testada antes da aplicação);
- ✓ Textura antiderrapante duradoura (quando especificada);
- ✓ Execução de 200 m²/dia e liberação da área em 2 horas;
- ✓ Disponível em diversas cores, inclusive a sinalização de tráfego



6.7. Mástique a base de poliuretano

Selante mono ou bi-componente a base de poliuretano, autonivelante, de cura a frio, formando um elastômero de alta aderência, elasticidade, resistência mecânica e química.

Deverá apresentar dureza entre 50 - 58 Shore A / ASTM D2240, resistência a tração entre 20 - 25 kgf/cm² / ASTM D412, alongamento entre 100 e 140% / ASTM D412.

6.8. Poliestireno expandido de alta densidade (Isolante térmico)

Sobre a camada drenante colocação de espuma rígida de poliestireno expandido de alta densidade “1” aderida com emulsão asfáltica, que deverá obedecer rigorosamente às características apresentadas na tabela anexa.

6.9. Papel Kraft (camada separadora)

Papel kraft betumado duplo de 230/250 gramas (4,0 kg/m²), largura de 1,20 m.

6.10. Solução asfáltica para imprimação

Dissolução de asfalto em solventes orgânicos, aplicável com trincha, homogênea e isenta de água, com propriedades de aderência ao substrato, seco. A mesma não deve apresentar resíduos ou coágulos e ser insolúvel em água.

Norma: NBR-9686/06 - Solução e emulsão asfálticas empregadas como material de imprimação na impermeabilização.

6.11. Tela galvanizada

Tela galvanizada hexagonal, fio 24 (BWG), malha 1/2".



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

6.12. Tela plástica

Densidade: 9,5 KN / m³

Ponto fusão: 127°C

Ponto de amolecimento: 105°C



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

9. Relação de Fabricantes

7.1. Aditivos (regularização)

Hemisferio – HEM -1149
MC Bauchemie – Murafan 38 / Murafan 39
Soprema / Denver - Denverpoxi - Denverfix acrílico
Viapol Impermeabilizantes Ltda – Viafix
Otto Baumgart Ind. e Comércio S/A – Adesivo Acrílico Vedacit Pro

7.2. Emulsão asfáltica (para camada drenante)

Asfaltos Vitória Ltda
Citimat Impermeabilizantes Ltda. – Impercoteflex e Impercote
Indústrias Dryko Ltda – Emul 50
Otto Baumgart Ind. e Comércio S/A - Emulsão asfáltica Vedacit Pro
Sika S/A – Igol 2
Soprema / Denver – Denver frio asfalto
Vedacit – Frioasfalto
Viapol Impermeabilizantes Ltda - Vitkote Elastic / Vedalage Preto

7.3. Emulsão asfáltica para imprimação

Indústrias Dryko Ltda – Prikol
Citimat Impermeabilizantes Ltda. – Impercote Primer
MC Bauchemie – MC – Proof a Primer
Otto Baumgart Ind. e Comércio S/A – Primer mantas asfálticas base água Vedacit Pro
Sika S/A – Igol Ecoasfalto
Soprema / Denver – Denvermanta Primer Acqua
TC Shingle / Tema - Primer Safety D'Acqua 18
Vedacit – Primer Eco Vedacit
Weber-pintura asfáltica acqua quatzolit

7.4. Filme de polietileno

Citimat Impermeabilizantes Ltda. – Camada separadora Citimat
Indústrias Dryko Ltda – Dryko camada separadora
Teceragem Roma Ltda
Otto Baumgart Ind. e Comércio S/A – Camada separadora 24 micras Vedacit Pro
Sika camada separadora
Soprema / Denver – Denver camada separadora
Vedacit – Camada separadora
Viapol Impermeabilizantes Ltda - Camada separadora



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

7.5. Manta asfáltica

Indústrias Dryko Ltda – Drykomanta
MPA Trading – GS Smart
MC Bauchemie – MC Proof A Extra 3 e 4 mm (Tipo III B)
MC Bauchemie – MC Proof A Premium 4 mm (Tipo IV B)
Otto Baumgart Ind. e Comércio S/A – Manta asfáltica SBS Vedacit Pro
Sika - Manta SikaShield P35 PE classe B
Soprema / Denver - Denvermanta Elastic
TC Shingle / Tema - APP Safety BASE TR EPP (3 e 4mm)
Vedacit – Vedamax SBS
Viapol Impermeabilizantes Ltda – Torodin
Weber – Manta asfáltica quartzolit

7.6. Membrana PMMA

Miaki
Soprema / Denver - Alsan RS
CPA

7.7. Resinas de metil metacrilato modificadas

Viapol Impermeabilizantes Ltda. – Matacryn / PUMA

7.8. Papel Kraft betumado

Citimat Impermeabilizantes Ltda. – Papel Kraft betumado
Nossa Senhora do Líbano – Papel kraft betumado

7.9. Poliestireno expandido de alta densidade (Isolamento térmico)

- Citimat Impermeabilizantes Ltda. – Citifoam (25mm)
- Denver Indústria e Comercio Ltda – Denver Term EPS
- Viapol Impermeabilizantes Ltda. – Viafoam (PL 25mm)

7.10. Soluções asfálticas para imprimação

- Citimat Impermeabilizantes Ltda. – Citimanta primer
 - Indústrias Dryko Ltda – Drykoprimer
 - Viapol Impermeabilizantes Ltda – Adeflex
 - Sika S/A – Igol S / Igol 55
 - Soprema / Denver - Denvermanta Primer
 - Weber – Pintura asfáltica quartzolit
- Otto Baumgart Ind. e Comércio S/A – Primer mantas asfáltica Vedacit Pro
Viapol Impermeabilizantes Ltda. – Ecoprimer (base água) / Primer Adeflex (base solvente)



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

7.11. Tela plástica

Catumbi telas
Okubo mercantil
Tegape – Telas plásticas

Obs.: 1. Esta tabela é uma sugestão, podendo ser adotados outros fabricantes, desde que os produtos utilizados atendam as normas correspondentes, ou as características exigidas neste caderno.

2. A relação apresentada está em ordem alfabética, não se referindo à preferência por parte da Proassp.



10. Planilha de Serviços Complementares



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

11. Anexos (TABELAS)



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Manta Asfáltica - Tipo IV NBR-9952/14			
Características do material	Valor Exigido		Método de Ensaio
Espessura mínima (mm)	4		NBR-9952 item 7.1
Resistência à tração mínima Carga máxima (sentido longitudinal e transversal)	Tração mínimo	550 N	NBR-9952 item 7.2
	Alongamento mínimo	35 %	
Absorção de água Variação em massa (máximo)	1,5 %		NBR-9952 item 7.3
Flexibilidade a baixa temperatura	Tipo A	-10° C	NBR-9952 item 7.4
	Tipo B	-5° C	
	Tipo C	0° C	
Resistência ao impacto à temperatura de 0o C (mínimo)	4,90 J		NBR-9952 item 7.5
Escorrimento (mínimo)	95° C		NBR-9952 item 7.6
Estabilidade dimensional (máximo)	1%		NBR-9952 item 7.6
Envelhecimento acelerado	Vide Norma		ASTM G 154 NBR-9952 item 7.8
Flexibilidade após envelhecimento acelerado	Tipo A	0° C	NBR-9952 item 7.4
	Tipo B	5° C	
	Tipo C	10° C	
Estanqueidade (mínima)	20 mca		NBR-9952 item 7.9
Resistência ao rasgo (mínimo)	140 N		NBR-9952 item 7.10



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Manta Asfáltica - Tipo III NBR-9952/14			
Características do material	Valor Exigido		Método de Ensaio
Espessura mínima (mm)	3		NBR-9952 item 7.1
Resistência à tração mínima Carga máxima (sentido longitudinal e transversal)	Tração mínimo	400 N	NBR-9952 item 7.2
	Alongamento mínimo	30 %	
Absorção de água Variação em massa (máximo)	1,5 %		NBR-9952 item 7.3
Flexibilidade a baixa temperatura	Tipo A	-10° C	NBR-9952 item 7.4
	Tipo B	-5° C	
	Tipo C	0° C	
Resistência ao impacto à temperatura de 0o C (mínimo)	4,90 J		NBR-9952 item 7.5
Escorrimento (mínimo)	95° C		NBR-9952 item 7.6
Estabilidade dimensional (máximo)	1%		NBR-9952 item 7.6
Envelhecimento acelerado	Vide Norma		ASTM G 154 NBR-9952 item 7.8
Flexibilidade após envelhecimento acelerado	Tipo A	0° C	NBR-9952 item 7.4
	Tipo B	5° C	
	Tipo C	10° C	
Estanqueidade (mínima)	15 mca		NBR-9952 item 7.9
Resistência ao rasgo (mínimo)	120N		NBR-9952 item 7.10



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Solução Asfáltica Empregada Como Material De Imprimação Na Impermeabilização NBR-9686		
Ensaio	Características	Ensaio de Referência
Viscosidade Ford 4°C a 25°C, segundos	80 máximo	NBR-5849
Teor de não voláteis a 120 °C; 30 min - %	40 mínimo	ASTM D-1259
Secagem ao toque (extensor de 75 µm) - minutos	120 máximo	NBR-9558
Ensaio de Destilação - Destilado, % em volume do total da amostra: a) Até 225°C b) Até 360°C	35 mínimo 65 máximo	NBR-14856
Ensaio sobre resíduo de destilação - Ponto de amolecimento (anel e bola), °C, Solubilidade em tricloroetileno, %	50 mínimo 98 mínimo	NBR-6560 NBR-14855



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Emulsão Asfáltica Empregada Como Material De Imprimação Na Impermeabilização NBR-9686		
Ensaio	Características	Ensaio de Referência
Viscosidade Ford 4°C a 25°C, segundos	80 máximo	NBR-5849
Teor de não voláteis a 120 °C; 30 min - %	40 mínimo	ASTM D-1259
Secagem ao toque (extensor de 75 µm) - minutos	120 máximo	NBR 9558
Ensaio de Destilação - destilado, % em volume do total da amostra: até 260 °C	60 máximo	NBR-6568
Ensaio sobre resíduo de destilação - Ponto de amolecimento (anel e bola), °C, Solubilidade em tricloroetileno, %	50 mínimo	NBR-6560
	98 mínimo	NBR-14855



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

POLIESTIRENO EXPANDIDO EPS Materiais celulares de poliestireno para isolamento térmico na construção civil e refrigeração industrial – Especificação NBR-11752/16			
Propriedades	Métodos de Ensaio	Unidade	XPS 6
Densidade mínima	ABNT NBR-11949	kg/m³	29
Condutividade térmica aparente máxima, (24°C)	ASTM C 177 ou ASTM C 518	W/(m.K)	0,034
Tensão mínima por compressão com deformação de 10%	ABNT NBR-8082	KPa	173
Resistência mínima à flexão	ASTM C 203	KPa	345
Absorção máxima de água	ASTM C 272	% em volume	2
Estabilidade dimensional	ASTM D 2126	%	2,0
Permeância máxima ao vapor da água em 25,4 mm	ASTM E 96/ E 96M	ng/Pa.s.m²	143
Ignitabilidade	EN ISO 11925-2	$F_s \leq 150$ mm em 20 s	

ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	P.UNIT. MAT.	P.UNIT. MDO.	P.UNIT. TOTAL	P.PARCIAL MAT.	P.PARCIAL MDO.	P.TOTAL	FONTE	CÓDIGO
01	SERVIÇOS GERAIS										
01.01	Administração local / mobilização / desmobilização	CJ	1,00		133.873,31	133.873,31		133.873,31	133.873,31	COMPOSIÇÃO	CPU01.01
						Total do Item	-	133.873,31	133.873,31		
02	SERVIÇOS INICIAIS										
02.01	Canteiro de obras	CJ	1,00	14.339,88	1.615,16	15.954,84	14.339,88	1.615,16	15.954,84	COMPOSIÇÃO	CPU02.01
02.02	Tapume fixo para fechamento de áreas, com portão	M2	161,04	54,60	60,17	114,77	8.792,78	9.689,78	18.482,56	CDHU	02.03.120
02.03	Recomposição dos acessos após a desmobilização da obra	M2	200,00	59,75	64,32	124,07	11.950,43	12.863,68	24.814,09	COMPOSIÇÃO	CPU02.03
02.04	Placas da obra	M2	4,00	842,93	104,34	947,27	3.371,72	417,36	3.789,08	CDHU	02.08.020
02.05	Guincho elétrico de coluna para içamento de materiais e remoção de entulho, capacidade 400 kg, com moto freio, motor trifásico de 1,25 CV.	H	396,00	1,29	34,72	36,01	510,84	13.749,12	14.259,96	SINAPI 08/25	93281
02.06	Montagem, desmontagem e locação de escada modular metálica de 12m de altura	UNMES	4,00	1.557,60	604,92	2.162,52	6.230,40	2.419,68	8.650,08	COMPOSIÇÃO	CPU02.06
						Total do Item	45.195,85	40.754,76	85.950,61		
03	DEMOLIÇÕES / REMOÇÕES										
03.01	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	2.126,08		18,27	18,27		38.843,48	38.843,48	CDHU	03.09.020
03.02	Demolição manual de argamassa regularizante, isolante ou protetora e papel Kraft	M2	2.126,08		21,92	21,92		46.603,67	46.603,67	CDHU	03.09.040
03.03	Remoção de entulho para bota-fora certificado	M3	221,11	115,22	13,63	128,85	25.476,56	3.013,76	28.490,32	CDHU	05.07.050
03.04	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	353,78	47,47		47,47	16.793,92		16.793,92	CDHU	05.09.006
						Total do Item	42.270,48	88.460,91	130.731,39		
04	IMPERMEABILIZAÇÃO										
04.01	Tratamento de fissuras estáveis (não ativas) em elementos de concreto	M	348,90	196,30	151,05	347,35	68.489,07	52.701,35	121.190,42	CDHU	11.20.130
04.02	Regularização: cimento e areia + adesivo acrílico	M2	2.126,08	9,70	28,82	38,52	20.627,23	61.278,94	81.906,17	COMPOSIÇÃO	CPU04.02
04.03	Impermeabilização: primer + Manta asfáltica, 3mm, Tipo III-classe B aderida a maçoarico + Manta asfáltica, 4mm, Tipo IV-classe B aderida a maçoarico	M2	2.126,08	157,35	63,56	220,91	334.538,69	135.133,64	469.672,33	SINAPI 08/25	98547
04.04	Camada separadora: Papel kraft betumado duplo ou filme de polietileno	M2	1.743,60	4,93	4,54	9,47	8.595,95	7.915,94	16.511,89	CDHU	32.20.020
04.05	Camada drenante (Para laje de cobertura): cimento e areia + emulsão asfáltica	M2	1.182,54	14,47	27,45	41,92	17.113,72	32.460,72	49.574,44	COMPOSIÇÃO	CPU04.05
04.06	Isolamento térmico (Para laje de cobertura): Poliestireno expandido de alta densidade 1"	M3	30,04	1.162,13	18,17	1.180,30	34.906,34	545,76	35.452,10	CDHU	11.18.220
04.07	Proteção mecânica horizontal Para platibanda, laje de cobertura ático e laje de cobertura passarela (esp. = 3cm): cimento e areia	M3	18,51	466,01	358,88	824,89	8.628,17	6.644,66	15.272,83	CDHU	17.01.020
04.08	Proteção mecânica horizontal Para laje de cobertura (esp. = 3cm): cimento e areia + Tela galvanizada ou tela plástica	M2	1.182,54	56,77	11,84	68,61	67.134,37	14.004,87	81.139,24	COMPOSIÇÃO	CPU04.08
04.09	Proteção mecânica vertical (esp. = 3cm): cimento e areia + Tela galvanizada ou tela plástica	M2	158,14	56,77	11,84	68,61	8.977,82	1.872,86	10.850,68	COMPOSIÇÃO	CPU04.08
04.10	Chumbamento de ralos e tubulações com argamassa expansiva tipo graute	M3	2,17	4.045,01	63,69	4.108,70	8.777,67	138,21	8.915,88	CDHU	11.05.030
04.11	Teste de lâmina d'água	M2	2.126,08		12,17	12,17		25.881,62	25.881,62	COMPOSIÇÃO	CPU04.11
04.12	Limpeza final	M2	1.743,60	2,03	4,54	6,57	3.539,51	7.915,94	11.455,45	CDHU	55.01.070
						Total do Item	581.328,54	346.494,51	927.823,05		
									</		

Disponível em formato editável em:

http://www.poli.usp.br/wp-content/uploads/2025/11/Base-Urbana-Propoli-bloco-FG-reimpermeabilizacao_R05-12.11.25.xlsx

ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ÍTEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$	VALOR %		1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS
01	SERVIÇOS GERAIS		10,47%	%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
		133.873,31		R\$	33.468,33	33.468,33	33.468,33	33.468,33
02	SERVIÇOS INICIAIS		6,72%	%	30,00%	15,00%	15,00%	40,00%
		85.950,61		R\$	25.785,18	12.892,59	12.892,59	34.380,24
03	DEMOLIÇÕES / REMOÇÕES		10,23%	%	60,00%	40,00%		
		130.731,39		R\$	78.438,83	52.292,56	-	-
04	IMPERMEABILIZAÇÃO		72,58%	%	10,00%	20,00%	35,00%	35,00%
		927.823,05		R\$	92.782,31	185.564,61	324.738,07	324.738,07
TOTAL SIMPLES %			100,00%		18,03%	22,23%	29,03%	30,71%
TOTAL ACUMULADO %					18,03%	40,26%	69,29%	100,00%
CUSTO (R\$) - SUB-TOTAL		1.278.378,36			230.474,65	284.218,09	371.098,99	392.586,64
B.D.I.		319.594,59	25,00%		57.618,66	71.054,52	92.774,75	98.146,66
TOTAL (R\$) COM B.D.I. SIMPLES		1.597.972,95			288.093,31	355.272,61	463.873,74	490.733,30
TOTAL (R\$) COM B.D.I. ACUMULADO					288.093,31	643.365,91	1.107.239,65	1.597.972,95

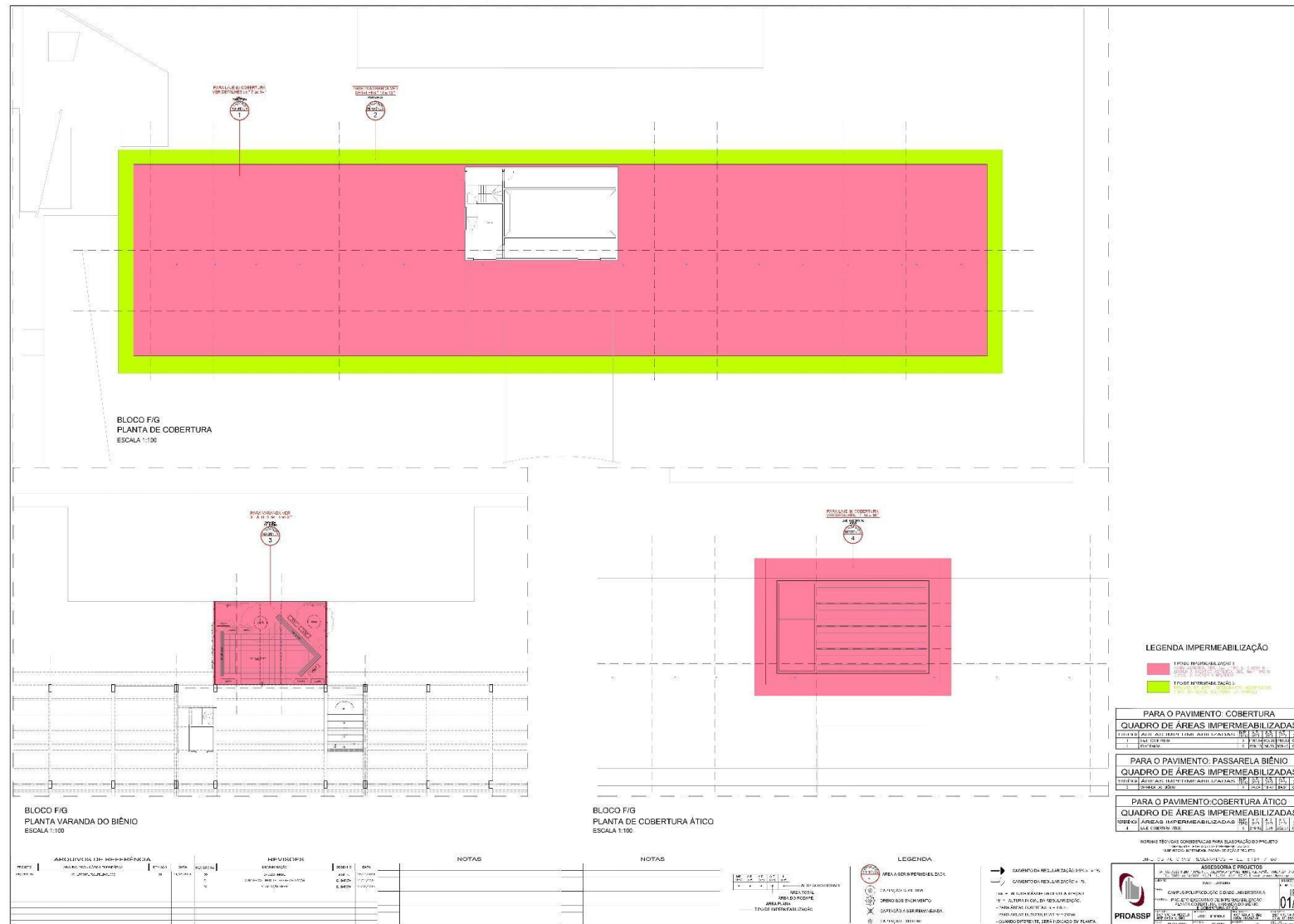


EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

ANEXO V – QUANTITATIVOS DIVERSOS

QUANTITATIVOS DIVERSOS				
DISCRIMINAÇÃO	LOCAL	QTDE	TOTAL	UNID.
Tapume				
		madeirite	161,04	m²
Remoção				
			2.126,08	m²
Limpeza final de obra				
Bloco FG		laje	1.743,60	m²
Cobertura				
Regularização			2.126,08	m²
Impermeabilização			2.126,08	m²
Camada separadora			1.743,60	m²
Camada drenante (Para laje de cobertura)			1.182,54	m²
Isolamento térmico (Para laje de cobertura)			1.182,54	m²
Proteção mecânica horizontal:				
Para platibanda, laje de cobertura ático e laje da passarela			561,06	m²
Para laje de cobertura (esp. = 3cm)			1.182,54	m²
Proteção mecânica vertical			158,14	m²
OBSERVAÇÕES:			EMITENTE:	

ANEXO VI – DESENHOS E ESPECIFICAÇÕES

Disponível em: <http://www.poli.usp.br/wp-content/uploads/2025/11/8228-IMP-PE-001-02.pdf>

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

IMPERMEABILIZAÇÃO TIPO "1"
E.E.-L

HORIZONTAL

VERTICAL

ESQUEMA DE PROTEÇÃO MECÂNICA PARA IMPERMEABILIZAÇÃO TIPO "1"
E.E.-L

PARA VARANDA SOB PISO ELEVADO

PARA LAJE de COBERTURA

IMPERMEABILIZAÇÃO TIPO "2"
E.E.-L

HORIZONTAL VERTICAL

DETALHE "A" SOBREPOSIÇÃO DE MANTAS
E.E.-L

HORIZONTAL VERTICAL

VERTICAL

DETALHE "B" TUBULAÇÃO EMERGENTE
E.E.-L

DETALHE "1" LIMITE PISO ELEVADO
E.E.-L

ÁREA INTERNA

ÁREA EXTERNA

DETALHE "2" VIGAS INVERTIDAS SOB PISO ELEVADO
E.E.-L

DETALHE "3" FUROS NAS VIGAS INVERTIDAS
E.E.-L

DETALHE "4" RALO (DRENO) VARANDA SOB PISO ELEVADO
E.E.-L

DETALHE "5" RODAPÉ ALVENARIA SEM ENCAIXE
E.E.-L

DETALHE "6" PLATIBANDA VARANDA
E.E.-L

DETALHE "7" CAPTAÇÃO LAJE DE COBERTURA
E.E.-L

REVISÕES			
REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA	ELABORADO
01	REVISÃO	01/01/2020	PROF. DR. CARLOS ALBERTO
02	REVISÃO	02/02/2020	PROF. DR. CARLOS ALBERTO
03	REVISÃO	03/03/2020	PROF. DR. CARLOS ALBERTO

REVISÕES			
REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA	ELABORADO
01	REVISÃO	01/01/2020	PROF. DR. CARLOS ALBERTO
02	REVISÃO	02/02/2020	PROF. DR. CARLOS ALBERTO
03	REVISÃO	03/03/2020	PROF. DR. CARLOS ALBERTO

NOTAS

1. OBRIGATORIO O USO DE MATERIAIS DE QUALIDADE E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE ABNT.

2. OBRIGATORIO O USO DE MATERIAIS DE QUALIDADE E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE ABNT.

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO

01

02

03

REVISÃO</

Disponível em: <http://www.poli.usp.br/wp-content/uploads/2025/11/8228-IMP-PE-002-02.pdf>

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

DETALHE "8" RODAPÉ ALVENARIA SEM ENCAIXE - LAJES DE COBERTURA SEM ESCALA	DETALHE "9" RODAPÉ CONCRETO COM CINTAMENTO - LAJES DE COBERTURA SEM ESCALA	DETALHE "10" RODAPÉ CONCRETO COM JUNTA DE DILATAÇÃO - LAJE DE COBERTURA SEM ESCALA	DETALHE "11" JUNTA DE DILATAÇÃO - LAJE DE COBERTURA SEM ESCALA	NOTAS GERAIS 1 - MEDIDAS EM CENTÍMETROS. 2 - AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS DESENHOS DEVEM SEMPRE SER UTILIZADAS EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CORRESPONDENTES. 3 - TODAS AS TUBULAÇÕES E FITAS METÁLICAS A RECEBEREM IMPERMEABILIZAÇÃO DEVEM SER LIGADAS PARA MANTER A QUEDADA PARA O FORA. 4 - TODAS AS TUBULAÇÕES E CAPACIDADES QUE RECEBEREM LAJES QUE RECEBEREM IMPERMEABILIZAÇÃO DEVEM RECEBER CIMENTAMENTO COM GRUPO 1. 5 - NO CASO DE TUBULAÇÕES QUE CORREM SOBRE A LAJE QUE NÃO POSSUÍREM DISTÂNCIA MÍNIMA DE 10CM, DEVEM SER COLOCADAS APÓS O FECHAMENTO DA IMPERMEABILIZAÇÃO. 6 - ALTURA MÍNIMA DA FAIXA IMPERMEABILIZADA NO RODAPÉ IGUAL A 20CM. NO CASO DE TUBULAÇÕES QUE CORREM SOBRE A LAJE, A DISTÂNCIA DEPOIS DE EXECUTADO COM 10CM A MAIS DA FAIXA IMPERMEABILIZADA, PARA SE EVITAR A INTRUSÃO DA UMIDADE E DA LÁZUL. 7 - TODAS AS TUBULAÇÕES EM PONTOS DE ELEVAÇÃO COLOCADAS EM ÁREAS IMPERMEABILIZADAS DE ALVENARIA, CIMENTOS, CIMENTOS DE COLOCADAS A 10CM DA ALTURA DO ENCAIXE DA IMPERMEABILIZAÇÃO. 8 - TODOS OS CONJUNTORES DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA, CORDÃO A CORDÃO LOCALIZADOS EM ÁREAS IMPERMEABILIZADAS DEVEM SER COLOCADOS EM ÁREAS IMPERMEABILIZADAS, SEMPRE COM ENTRADA POR BAIXO. 9 - OS BAIXOS DEVEM ESTAR AFUNDADOS DE PAREDES E/OU MURADAS, NO MÍNIMO 20CM, DE MODO A PERMITIR O ADEQUADO DA IMPERMEABILIZAÇÃO. 10 - A ANOMALIA DE REGULARIZAÇÃO DEVE SER EXECUTADA COM CIMENTO MÍNIMO DE 1CM, EXCETO ONDE REGRADO EM PROJETO.																																																																																																
DETALHE "12" VIGA DE BORDA LAJE DE COBERTURA - SITUAÇÃO 1 SEM ESCALA	DETALHE "13" VIGA DE BORDA LAJE DE COBERTURA - SITUAÇÃO 2 SEM ESCALA	DETALHE "14" BASE PARA PILAR METÁLICO SEM ESCALA	DETALHE "15" PLATIBANDA LAJES DE COBERTURA SEM ESCALA	DETALHE "16" CAPTAÇÃO LATERAL LAJE DE COBERTURA SEM ESCALA	LEGENDA IMP. TIPO: A.P. (cm), A.R. (cm), A.T. (cm), H. (cm) → ALTURA RODAPÉ → ÁREA TOTAL → ÁREA DO RODAPÉ → ÁREA PLANA → TIPO DE IMPERMEABILIZAÇÃO ● ÁREA A SER IMPERMEABILIZADA → CIMENTO DA REGULARIZAÇÃO 0,5% a 1,5% → CIMENTO DA REGULARIZAÇÃO > 1% hmm = ALTURA MÁXIMA DA REGULARIZAÇÃO h = ALTURA MÍNIMA DA REGULARIZAÇÃO ● RALO SUGERIDO	NOTAS 1 - AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS DESENHOS DEVEM SEMPRE SER UTILIZADAS EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CORRESPONDENTES.																																																																																														
REVISÕES <table border="1"> <thead> <tr> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>REVISÃO GERAL</td> <td>22/11/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>ATUALIZAÇÃO GERAL</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	01	REVISÃO GERAL	22/11/2024				02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024				03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024				REVISÕES <table border="1"> <thead> <tr> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>REVISÃO GERAL</td> <td>22/11/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>ATUALIZAÇÃO GERAL</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	01	REVISÃO GERAL	22/11/2024				02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024				03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024				REVISÕES <table border="1"> <thead> <tr> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>REVISÃO GERAL</td> <td>22/11/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>ATUALIZAÇÃO GERAL</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	01	REVISÃO GERAL	22/11/2024				02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024				03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024				REVISÕES <table border="1"> <thead> <tr> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>REVISÃO GERAL</td> <td>22/11/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>ATUALIZAÇÃO GERAL</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	01	REVISÃO GERAL	22/11/2024				02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024				03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024				NOTAS 1 - AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS DESENHOS DEVEM SEMPRE SER UTILIZADAS EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CORRESPONDENTES.
REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA																																																																																															
01	REVISÃO GERAL	22/11/2024																																																																																																		
02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024																																																																																																		
03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024																																																																																																		
REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA																																																																																															
01	REVISÃO GERAL	22/11/2024																																																																																																		
02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024																																																																																																		
03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024																																																																																																		
REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA																																																																																															
01	REVISÃO GERAL	22/11/2024																																																																																																		
02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024																																																																																																		
03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024																																																																																																		
REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA																																																																																															
01	REVISÃO GERAL	22/11/2024																																																																																																		
02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024																																																																																																		
03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024																																																																																																		
REVISÕES <table border="1"> <thead> <tr> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>REVISÃO GERAL</td> <td>22/11/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>ATUALIZAÇÃO GERAL</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	01	REVISÃO GERAL	22/11/2024				02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024				03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024				REVISÕES <table border="1"> <thead> <tr> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>REVISÃO GERAL</td> <td>22/11/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>ATUALIZAÇÃO GERAL</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	01	REVISÃO GERAL	22/11/2024				02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024				03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024				REVISÕES <table border="1"> <thead> <tr> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>REVISÃO GERAL</td> <td>22/11/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>ATUALIZAÇÃO GERAL</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	01	REVISÃO GERAL	22/11/2024				02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024				03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024				REVISÕES <table border="1"> <thead> <tr> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> <th>REVISÃO</th> <th>DISCIPLINAR</th> <th>DATA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>REVISÃO GERAL</td> <td>22/11/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>ATUALIZAÇÃO GERAL</td> <td>11/12/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	01	REVISÃO GERAL	22/11/2024				02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024				03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024				NOTAS 1 - AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS DESENHOS DEVEM SEMPRE SER UTILIZADAS EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CORRESPONDENTES.
REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA																																																																																															
01	REVISÃO GERAL	22/11/2024																																																																																																		
02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024																																																																																																		
03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024																																																																																																		
REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA																																																																																															
01	REVISÃO GERAL	22/11/2024																																																																																																		
02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024																																																																																																		
03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024																																																																																																		
REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA																																																																																															
01	REVISÃO GERAL	22/11/2024																																																																																																		
02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024																																																																																																		
03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024																																																																																																		
REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA	REVISÃO	DISCIPLINAR	DATA																																																																																															
01	REVISÃO GERAL	22/11/2024																																																																																																		
02	ATUALIZAÇÃO DETALHE 8A - 7 m x 11"	11/12/2024																																																																																																		
03	ATUALIZAÇÃO GERAL	11/12/2024																																																																																																		

Disponível em: <http://www.poli.usp.br/wp-content/uploads/2025/11/8228-IMP-PE-003-02.pdf>

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Prezados Senhores,

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas., nossa Proposta Comercial, observada a descrição do objeto constante dos Anexos I a VI do Edital referente ao Pregão Eletrônico nº NN/2025:

1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

SITE:

NOME DO REPRESENTANTE:

EMAIL:

TELEFONE:

Observação: Nos valores apresentados deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do item de interesse da Proponente.

2 – PROPOSTA:

- Planilha orçamentária com os valores unitários de cada item/subitem, conforme modelo do anexo VIII (modelo de Planilha orçamentária) do edital e valor global da proposta.

3 – DAS DEMAIS CONDIÇÕES:

- Prazo de garantia:

- Prazo de entrega:

- Validade da proposta: 60 dias corridos

- Prazo de pagamento: 28 dias corridos

- Conta Bancária: BANCO DO BRASIL S/A – AGÊNCIA:..... CONTA CORRENTE:.....

Estamos de acordo com os termos da Resolução USP nº 8548, de 13 de dezembro de 2023; da Portaria GR nº 3925, de 21 de fevereiro de 2008; e da Portaria GR nº 8249, de 12 de dezembro de 2023, cujo teor encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>

Declaramos total concordância com os termos do Edital, e seus anexos e demais condições do presente processo licitatório.

..... de de
(Local) (Data)

.....
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA/CARGO)

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

[illegible]

ANEXO IX - MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Prestação de Serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra

Licitação (Pregão)

Processo SEI nº 154.NNNNNNN/AAAA-NN

Contrato nº [NN/ANO]-[SIGLA DA UNIDADE]

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA [UNIDADE] E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA] OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE [DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO].

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MMM** do ano de **AAAA**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da(o) **[UNIDADE]**, inscrita no C.N.P.J. sob nº **[CNPJ nº]**, localizada(o) no(a) **[endereço completo]**, neste ato representada por seu(ua) **[cargo da autoridade competente e nome]**, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8321/2024 e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ nº **[CNPJ nº]**, sediada à **[endereço completo]**, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.3. O objeto do presente instrumento é a contratação de **[DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO]**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.4. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE	QUANTIDADE E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

			MEDIDA			
1						
...						

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1. Edital da Licitação - **[PREGÃO]** nº **NN/AAAA – [SIGLA DA UNIDADE]**.

1.5.2. Termo de Referência.

1.5.3. Proposta Comercial datada de **[NN/NN/NNNN]**.

1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.2. O prazo de vigência da contratação é de **NN (.....) dias/_____ (outros)** contados do(a) **data de assinatura do contrato/termo de início dos serviços/_____ (outros)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

3. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.1.1.1. ...

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

4.1.1.2. ...

- 4.1.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

4.1.2.1.

4.1.2.2.

- 4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do **CONTRATADO** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

- 4.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.4.1. Submissão, pelo **CONTRATADO**, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada.

4.1.4.2. Autorização prévia do **CONTRATANTE**, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação.

4.1.4.3. Apresentação pelo **CONTRATADO** dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo **CONTRATANTE**, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo **CONTRATADO**. O **CONTRATADO** poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo **CONTRATANTE**.

4.1.4.5. Apresentação pelo **CONTRATADO** de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

CONTRATADO e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao **CONTRATADO**.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R\$..... (.....)**, perfazendo o valor total de **R\$..... (.....)**.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da Portaria GR nº 8249/2023.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **DD/MM/AAAA**.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = Po \cdot [(IPC / IPCo) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste.

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

IPC / IPCo = variação do **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor**, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1.A Administração terá o prazo de **NN (.....)** dias [a **Administração deve definir de acordo com a complexidade do objeto**], a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **NN** (.....) dias **[a Administração deve definir de acordo com a complexidade do objeto]**, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
 - 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.
 - 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
 - 9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
 - 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.
- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).
- 9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 9.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):

... (inserir tabela com endereço(s)).

- 9.1.20.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o **CONTRATADO** tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.
- 9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou)

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução. Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o CONTRATADO prestou garantia na modalidade _____, no valor de R\$ _____, em conformidade com o disposto nos artigos 96 e 98, da Lei federal nº 14.133/2021.

11.2. O valor indicado acima corresponde a ____% (_____ por cento) do valor total do contrato.

11.3. O Termo de Referência estabelece as regras que serão aplicadas em relação à garantia de execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) dar causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da Resolução USP nº 8548/2023.
- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na Resolução USP nº 8548/2023:

a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

- I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
- II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.
- b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.
- b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
- I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 - II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.
- b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Resolução USP nº 8548/2023.
- c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - b) as peculiaridades do caso concreto.
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).
- 12.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.
- 12.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:
- 12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
- 12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
- 12.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 12.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - 13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.4.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
 - 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
 - 13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I. Gestão/Unidade:
 - II. Fonte de Recursos:
 - III. Programa de Trabalho:
 - IV. Elemento de Despesa:
 - V. Plano Interno:
 - VI. Nota de Empenho:
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do **CONTRATANTE**

Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Anexo 1 - NORMAS DE CONDUTA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1. As empresas contratadas para prestação de serviços de engenharia e obras devem cumprir as normas de saúde e segurança no trabalho constantes da CLT, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, especialmente as previstas na NR 18, ou outras que vierem a substituí-las, além das demais disposições relacionadas com a matéria, ainda que supervenientes.

2. A Universidade de São Paulo, por meio de seu Órgão responsável pela administração do contrato de serviços ou obras, exercerá a fiscalização quanto ao cumprimento das normas aqui referidas, obrigando-se a empresa a apresentar qualquer documentação eventualmente exigida e necessária para a averiguação do cumprimento das normas mencionadas.

3. Uma vez constatado o descumprimento das normas citadas, a USP registrará a ocorrência no Diário de Obras e notificará a empresa contratada a adotar, imediatamente, as medidas que apontar.

3.1. Caso a contratada não atenda as exigências da Universidade, será feita a rescisão contratual unilateral, como também será aplicada a multa prevista para as hipóteses de inexecução contratual contida na Portaria GR nº 3161/99, ou diploma legal que a substitua.

4. As obras e serviços de engenharia realizados pela Universidade de São Paulo devem ser de conhecimento da Coordenadoria do Espaço Físico da USP – COESF e assumem a classificação a seguir:

Categoria A – Construções de novos edifícios.

Categoria B – Intervenções em edifícios existentes que alterem sua área construída.

Categoria C – Intervenções em edifícios existentes que:

- conttenham serviços de engenharia de grande complexidade técnica;
- alterem as características originais dos edifícios;
- alterem sua função (integral ou parcialmente).

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Categoria D – Intervenções que não alterem as características originais do edifício, mas que apenas restabeleçam a qualidade inicial da construção.

4.1. É competência da COESF aprovar a realização das intervenções civis nas Categorias “A”, “B” e “C”, sendo que tal aprovação será suprida pela assinatura do respectivo Termo de Compromisso (de Empreendimento ou de Serviço), divulgado pelo Ofício GR/CIRC/102, de 14.02.2008. As intervenções classificadas na Categoria “D” dispensam tal aprovação e devem ser realizadas pela Unidade.

4.2. Eventual dúvida da Unidade Executora, a respeito do enquadramento da intervenção civil, deverá ser documentada por escrito, nos respectivos autos, mediante troca de e-mail ou fac-símile com a COESF. Caso não seja feita consulta à COESF, a Unidade Executora assumirá a responsabilidade pela classificação da intervenção civil, exarando Justificativa a respeito nos autos.

4.3. A COESF poderá realizar auditorias nas obras e serviços de engenharia e, em caso de irregularidades concernentes ao cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, poderá embargá-las até final regularização.

4.4. A competência referida no item 4.1. (acima) não afasta a responsabilidade que possui o Órgão da USP, responsável pela execução da obra/serviços, de fiscalizar se as regras de saúde e segurança do trabalho estão sendo obedecidas pela contratada.

5. Estas disposições deverão ser observadas em todas as licitações de obras e serviços de engenharia da USP.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

ANEXO X – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – EP

ANEXO XI – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 5HV8-FZRI-AE1P-XA1D no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/5HV8-FZRI-AE1P-XA1D>

Rodrigo Bustamante Kavakama

Nº USP: 3501602

Data: 17/11/2025 16:17

Perfil assinante:: Servidor

Reinaldo Giudici

Nº USP: 85405

Data: 17/11/2025 16:45

Perfil assinante:: Diretor